História ambiental, patrimônio e paisagem cultural das ilhas de Ananindeua (Pará, Brasil): legislação e salvaguarda

Victória Emi Murakami Vidigal

Universidade Federal do Pará
Belém - Pará - Brasil
victoria.murakamii@gmail.com

Resumo: Este artigo faz uma análise, a partir da lei estadual 9.554/2022, no qual intitula as Ilhas de Ananindeua como “Patrimônio Cultural de natureza Imaterial” do estado do Pará. Nosso estudo se baseia na seguinte problemática: como a legislação pode mobilizar a discussão em torno de patrimônios culturais e naturais, em regiões historicamente excluídas desses debates, e também de instrumentos federais de salvaguarda patrimonial? Nesse contexto, a partir de uma entrevista com a responsável pela criação do Projeto de Lei e a Lei, podemos identificar a importância do incentivo legislativo para a proteção de patrimônios culturais e naturais, mas também algumas problemáticas sociais e políticas envolvendo o arquipélago de Ananindeua e da salvaguarda de alguns bens culturais na região.

Palavras-Chave: Ilhas de Ananindeua. Patrimônio Natural. Amazônia. Paisagem Cultural.

Introdução

Na Amazônia brasileira existem extensões de rios e córregos ao longo de várias regiões, fauna e flora abundante, e muitos grupos que vivem ao redor, esses caminhos da natureza compõem a vasta paisagem amazônica. Em Ananindeua, município do Estado do Pará, temos o arquipélago que recentemente foi nomeado “Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial” pela lei estadual Lei nº 9.554/2022, isso mostra como espaços ligados ao Patrimônio Natural vão tomando cada vez mais espaços na sociedade em busca da preservação. Todavia, essa lei talvez não consiga abarcar o debate patrimonial a partir do conceito que esta apresenta.

Esse trabalho¹ preocupa-se inicialmente com temas muito debatidos no século XX, a partir da ampliação do conceito de Patrimônio Cultural e o de Patrimônio Natural, que também inclui o de Paisagem Cultural. A necessidade em salvaguardar memórias e

¹ Este artigo propõe discutir aspectos tratados na pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPatri), pela Universidade Federal do Pará

espaços tem sido recorrente, logo, ampliam-se debates e conceitos também ligados à patrimonialização.

A evolução do conceito de Patrimônio Cultural possibilita abordar sobre o Patrimônio Natural, suas riquezas e especificidades. Quando falamos do Brasil e da Amazônia, sabemos que a diversidade no território é admirável. Dentro desse debate, temos também que discutir o que o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) chama de “Patrimônio Cultural Imaterial” e de “Paisagem Cultural”.

Iniciamos o debate a partir da lei estadual paraense, a Lei nº 9.554 de 02 de maio de 2022. Esta reconhece as 9 ilhas de Ananindeua, na localidade insular da Região Metropolitana de Belém (RMB)² e banhadas pelo Rio Maguari, como “Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial”.

O primeiro questionamento sobre essa lei se inicia a partir do conceito posto. Se um bem é Imaterial, o termo “de natureza” encontrado na mesma não precisa ser ratificado. Ou será que quando escrito foi pensado para ressaltar o meio ambiente? Discutiremos mais a seguir a problemática conceitual do termo.

Para compreender a dinâmica processual legislativa no Pará e, principalmente, como as Ilhas de Ananindeua são reconhecidas por autoridades do estado, realizou-se uma entrevista com a deputada estadual Nilse Pinheiro³, autora do Projeto de Lei 135/2020 que resultou na Lei nº 9.554/2022. Essa lei que envolve questões patrimoniais é relevante para entender a sociedade e a biodiversidade local, principalmente como as leis no Brasil agregam esse debate.

As ações que envolvem o Patrimônio Natural, para Danilo Celso Pereira (2018), ainda são confusas no Brasil, o motivo é de que “o governo brasileiro ter definido como interlocutor da UNESCO para o tema do patrimônio natural no âmbito da Convenção do Patrimônio Mundial o Ministério do Meio Ambiente (MMA)” (PEREIRA, 2018, p. 41). Além disso, esse patrimônio ainda é imaginário, como Pereira afirma, ainda está muito ligado a experiências monumentais naturais internacionais (PEREIRA, 2018, p. 42), isso torna-se problemático, porque o Brasil também tem suas especificidades na sua longa territorialidade, apresentando diferentes paisagens, principalmente quando falamos de Amazônia.

² A Região Metropolitana de Belém (RMB) é composta pelas cidades de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara, no estado do Pará.

³ A deputada estadual Maria Iranilse Dias Pinheiro faz parte do Partido Democrático Trabalhista (PDT), é conhecida no Estado do Pará como Prof.^a. Nilse Pinheiro. Ver: <https://www.alepa.pa.gov.br/professoranilse>.

Esse debate sobre Patrimônio Natural, mas principalmente sobre Paisagem Cultural, no Brasil, para Rafael Winter Ribeiro (2009), ainda é uma construção, pois é um debate que vem para “quebrar a antiga dicotomia entre bens naturais e culturais” (RIBEIRO, 2009, p. 30), além disso, nesse estudo sobre as paisagens “incorporamos seus problemas e dificuldades - entre eles, sua polissemia e a multiplicidade de tradições e definições (RIBEIRO, 2009, p. 29). Ainda há uma romantização em relação a esse estudo, entretanto, deve ser atento essa discussão, pois há muito mais do que apenas uma inclusão na lista de patrimônios na esfera estadual, municipal ou federal, mas também de preservação, manutenção e valorização de aspectos ligados ao meio ambiente e suas identidades.

Gilmar Arruda (2006, p. 114) trabalha com a natureza brasileira em um aspecto voltado ao território e identidade, com essas considerações que o historiador traz, vale levantar a partir da sua biodiversidade com a interação humana, as cisões que ocorrem entre essas interações, “no processo de construção das funções de uma memória coletiva, suporte de identidades nacionais e regionais”, além da valorização da natureza, essa riqueza natural característica do Brasil, representa também a partir da cultura. Cesar Karpinski (2018, p. 317) aponta sobre considerar a natureza como um bem, um patrimônio, isso reflete também na “compreensão de seu valor e para o aumentar o senso de responsabilidade social e individual sobre o mundo natural”, evitando perdas e impactos em determinado local.

A partir de uma paisagem, exaltar as atividades diárias e hábitos culturais de um ou mais grupos também compõem os lugares de memória em que estão inseridos, neste caso, pensando nas Ilhas, seus trabalhos cotidianos e celebrações são necessárias para a compreender a identidade e histórias deles. Logo, a partir de seu dinamismo, é perceptível a relevância, ou não, para os órgãos públicos salvaguardar certos bens, como eles trabalham para a manutenção e conservação de seu próprio ambiente a partir desses símbolos.

Abordar as memórias de um coletivo juntamente com ferramentas legislativas é sempre um desafio. Nem sempre serão ouvidos os interesses de todos. Contudo, construir debates patrimoniais é um tema fundamental para todos, sociedade e Estado, além de criar uma harmonia entre ambos e melhor suprir as necessidades de todos em prol a salvaguarda, neste caso, do arquipélago de Ananindeua.

A pesquisa realizada preocupa-se com a ação patrimonial das Ilhas de Ananindeua, desde o seu desenvolvimento processual, e até mesmo com as questões que

envolvem conceitos patrimoniais nacionais, defendidos pelo IPHAN, e suas consequências culturais e ambientais, nesse caso, para habitantes das ilhas estudadas.

História e Natureza: As Ilhas de Ananindeua

O município de Ananindeua, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem aproximadamente 540 mil habitantes, sendo a cidade mais populosa, depois da capital Belém, no Pará. Ainda de acordo com o IBGE, a área territorial é de 190,581 km². Por muito tempo, o município era considerado uma “cidade-dormitório”, contudo, com a sua grande ascensão, a mesma perde esse título e começa a crescer em diferentes setores e agregando cada vez mais espaços socioculturais e desenvolvendo sua estrutura urbana.

No total, o arquipélago paraense da Região Metropolitana de Belém é composto por 14 ilhas. Em Ananindeua, existem 9 ilhas reconhecidas compondo a mesma, são elas: Viçosa, João Pilatos, Santa Rosa, Guajarina, Sassunema, Sororoca, São José de Sororoca, Arauari e Mutá. As nove ilhas também fazem parte junto com as de ilhas de Mosqueiro, São Pedro, ilha de Outeiro - conjuntas a Belém - e da Ilha de Periquitos e da Ilha redonda - no qual pertence aos municípios de Benevides e Santa Bárbara, somando ao todo quatorze. Portanto, é possível perceber que há uma longa extensão territorial que entorna esses ilhéus. Vale ressaltar que, não são todas as ilhas que são habitadas, mas existem diferentes comunidades nesta região.

A relevância desta pesquisa também diz muito sobre o crescimento do debate patrimonial, principalmente no município de Ananindeua. O primeiro tombamento registrado pelo Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC), órgão da Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT), foi o das Mangueiras e Samaumeiras na RMB, e encontradas em Ananindeua. É possível perceber que a patrimonialização da cidade começa a partir de elementos naturais: árvores e depois as Ilhas. Em um território amazônico, têm uma sensibilidade em preservar não apenas a biodiversidade, mas também comunidades que vivem diretamente em harmonia com a natureza.

Em 2022, o estado do Pará reconheceu as 9 Ilhas de Ananindeua como “Patrimônio de natureza Imaterial” a partir da Lei nº 9.554/2022. Contudo, existem controvérsias para este conceito estar em um documento oficial. O intuito da pesquisa é falar sobre as Ilhas a partir de sua paisagem, uma vez que a exclusão da paisagem pode

tornar-se um problema para a salvaguarda das comunidades e até mesmo da biodiversidade que está em seu entorno e dentro do arquipélago. Este debate é imprescindível para a preservação sociocultural de comunidades ali presentes, mas também do patrimônio vivo existente da Amazônia brasileira.

Mesmo com seu primeiro bem natural tombado em 1981, é bem recente o momento em que o município de Ananindeua começou a divulgar seus bens que envolvessem um debate patrimonial na cidade. A segunda lei registrada que envolve a cidade sobre essa temática, foi a Lei nº 9.554, aprovada em 02 de maio de 2022, ou seja, mais de quarenta anos depois. Anteriormente, envolvendo esse tema em geral, temos apenas o Decreto nº 1.852/2009, criado pelo Programa Estadual do Patrimônio Imaterial, e pela Portaria nº 779/2009, que discute procedimentos de ações patrimoniais que visam as questões para a realização do Registro.

Para compreendermos melhor o processo desta lei, foi feita uma entrevista com a deputada estadual Nilse Pinheiro, a criadora do Projeto de Lei. Foi possível também identificar através de sua fala que líderes comunitários ou grupos diversos das Ilhas não fizeram parte da elaboração desta proposta. Nessa entrevista, o ponto chave do discurso da parlamentar, foi o que ela identifica como bens culturais das ilhas, que são: a “Paisagem bucólica”, a grande quantidade de árvores dos Ananin - cujo o nome da cidade de Ananindeua surge a partir dela - crescentes nas margens do Rio Maguari e Igarapés. Ressaltamos o ponto de que todos esses bens citados estão ligados à natureza. Esse discurso é imprescindível para utilizar e debater quando falarmos sobre o conceito de “Paisagem Cultural”, chancelado pelo IPHAN.

A parlamentar, em sua fala, preocupa-se muito com a proteção cultural, mas principalmente ambiental da região insular de Ananindeua, no caso, do arquipélago estudado. Ela menciona também a importância da preservação das identidades tradicionais das comunidades da região, essa proteção iria ainda fortalecer a história do município. A mesma ressalta que, com a Lei, os mais beneficiados serão os moradores das ilhas, e não toda a população ananindeuense, como forma de preservação e segurança.

A Lei 9.554/2022 foi publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, no dia 04 de maio de 2022. Como podemos perceber, a lei pode afetar outras questões sociais e culturais. Ela afeta a partir do Projeto de Lei, no qual não há uma participação das comunidades, no qual podem acabar incluindo pontos importantes a serem relegados às questões patrimoniais, e também afeta o entorno do arquipélago, com a criação de projetos futuros próximos da região, destruindo todos os símbolos culturais e ligados à

natureza, como a própria deputada cita. O Projeto de Lei 135/2020 em sua justificativa apresenta alguns relatos sobre as ilhas, como por exemplo, ao afirmar:

7. As comunidades das ilhas têm um acordo de não construir em área de várzea, por esse motivo todas as casas são construídas em terra firme. Essa restrição tem a finalidade de preservar a vegetação e as águas, mantendo assim a atividade pesqueira sem grandes prejuízos. Existe também uma preocupação com relação ao risco do aumento desordenado da população na ilha de João Pilatos, sobretudo por veranistas, atraídos pela chegada da energia elétrica, em 2010. Assim, pessoas de fora só passam a habitar na ilha quando se casam com moradores locais (PARÁ, 2020, p.3).

Há uma preocupação muito grande com a construção e habitação de uma das maiores ilhas do arquipélago, a Ilha João Pilatos. De acordo com o documento, o aumento desordenado da população em direção ao território é grande, para conter divergências e provavelmente exploração de empresas privadas, e colocar em risco as comunidades e a biodiversidade, fora proposto esse Projeto de Lei.

Ressaltando que podem haver sim interesses políticos de promoção de imagem sobre a intenção legal, entretanto, é pertinente verificar o processo, uma vez que o turismo no Estado do Pará, especificamente na RMB, envolvendo travessia de barcos para restaurantes, está cada vez mais presente. Logo, proteger o lugar como um todo evita a implementação de empresas de grande porte, depredação e desmatamento em torno e interno.

O meio ambiente, para Lorena Fleury (*et al*, 2014, p. 22), tornou-se um componente importantíssimo para o debate social. E segundo Francisco Perpétuo Santos Diniz (2018, p. 132) “o espaço é testamento e testemunho das relações sociais”, nesse caso, para os habitantes das Ilhas, promovendo diferentes tipos de desenvolvimento e luta de classes. Há uma vivência e uma colonização⁴ na região de diferentes famílias, que chegaram nesses espaços por motivos coletivos, como afirma Diniz (2018) é perceptível dinâmicas diferentes dos grupos presentes e na paisagem na região, logo percebemos uma modificação espacial e paisagística.

Para entendermos melhor o cerne desta pesquisa, discutimos o conceito de Paisagem Cultural considerando inclusive que esse passou por um grande debate internacional e nacional. Nesse sentido, nem sempre foram discutidas as questões de patrimônio articulados aos de Paisagem Cultural. Muito pelo contrário, por muito tempo

⁴ O termo utilizado aqui refere-se às comunidades existentes no território das ilhas, alguns grupos, por diferentes problemas sociais, como afirma Diniz, locomoveram-se para a região como forma de melhorar de vida.

apenas discussões sobre patrimônios arquitetônicos e museais eram acentuadas, não incluindo debates sobre outras formas de expressão de identidade e cultura no mundo.

Em paralelo a isso, é relevante ressaltar esse ponto para compreender os debates ambientais que surgem no final do século XX, especificamente na década de 1970. José Augusto Pádua (2010) ressalta que nessa época, várias áreas do conhecimento estavam debatendo a temática ambiental, sobretudo as áreas das ciências humanas e sociais. Essas discussões ainda são totalmente atuais, e não devem ser romantizadas. Gudynas (2019, p. 98) afirma que, a partir da ecologia política, todas essas questões foram de suma necessidade para ampliar a discussão ambiental e levá-la para uma manifestação mais social, “nas obrigações do Estado e na construção de cidadania”, logo, porque também não os relacionar com as ações patrimoniais?

O Patrimônio Natural, que está ligado às questões do meio ambiente, começou a ser discutido em 1972, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promovido pela UNESCO. Nesse mesmo momento, no final do século XX, também era recorrente debates sobre preservação ambiental, dessa forma, foi imprescindível não dialogar com o Patrimônio com o Meio Ambiente, reconhecendo que há diversos bens naturais pelo mundo, ligados à Paisagem Cultural, Arqueológica, Sítios e Reservas, entre outros, ao redor do mundo.

O patrimônio natural passou a ser entendido como conquista da sociedade com um significado ligado às práticas sociais e à memória coletiva; portanto, um patrimônio natural que, antes de tudo, faz parte da vida humana e não algo que a ela se opõe (SCIFONE, 2006, p. 58).

Esse estudo da natureza e da patrimonialização nos permite compreender algo para além do material, mas também de saberes e hábitos culturais de uma comunidade. A natureza e os seres humanos nunca andaram separados, e nesse quesito é uma vitória, uma presente e futura harmonização da sociedade com o meio ambiente, que nunca deveriam ter sido postos como separados. Na Amazônia, as Ilhas de Ananindeua são um tema imprescindível sobre a salvaguarda e identidade, tanto natural quanto cultural. Pois são sociedades distintas que vivem em um território um pouco mais distante do centro urbano, com suas práticas e vivências muito presentes em seu espaço ligado à natureza.

Sabemos que “*representação*, dependente tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento” (BOURDIEU, 2002, p. 108). Para falar sobre os símbolos e bens naturais que integram o arquipélago estudado, também precisamos nos aprofundar na paisagem que os cercam. Segundo o Iphan ([s.d.], [s.p.]):

No âmbito do Patrimônio Natural está também a chancela da Paisagem Cultural, instrumento de preservação e conceito já utilizado em países como na Espanha, na França e no México. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um Plano de Gestão partilhado entre Iphan e comunidade local.

O livro de Paisagem Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional revela que o debate sobre as paisagens do Brasil é uma forma de salvaguardar várias localidades do território nacional. Sendo assim, em 2009, foi lançada a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, com Portaria nº 127, de 30 de abril. Portanto, neste conceito sabemos que, de acordo com o IPHAN (2009, p. 13):

São exemplos da Paisagem Cultural as relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, o pescador e os contextos navais tradicionais, o seringueiro e a floresta amazônica, por exemplo. Como estes, outros tantos personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando a relação exemplar entre homem e natureza.

A partir do conceito posto, acreditamos que as Ilhas de Ananindeua abrangem essa ideia, pois, apresentam comunidades ribeirinhas e pescadores da Amazônia, além da grande biodiversidade encontrada no território. Os habitantes das ilhas têm um envolvimento direto com a natureza, o que podemos afirmar no próprio discurso da parlamentar na entrevista e nos documentos estudados, referentes ao processo de tramitação do Projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e à sanção da Lei. Analisando esses discursos, identificamos uma aproximação com o conceito de Paisagem Cultural, pois, por um lado, na fala da deputada, articular determinados bens culturais com o meio ambiente, por outro lado, os documentos, preocupam-se em salvaguardar o território, as comunidades, atividades econômicas. Logo, constituindo a Paisagem Cultural.

Esse termo que envolve paisagem conserva melhor a ideia do Projeto de Lei analisado, no qual interage de forma mais adequada com o conceito de preservação posto no corpo do texto do Projeto de Lei. Fundamental ressaltar que esse Projeto de Lei apresentado à ALEPA (PARÁ, 2020, [s.p.]), criado pela comissão legislativa de Nilse Pinheiro e assinada pela mesma, há uma afirmativa de “(...) a proposta é que haja restrição na construção de casas na área várzea para preservar a vegetação e as águas, mantendo dessa forma a atividade pesqueira sem grandes prejuízos”. Essa parte do documento ressalta a preocupação da deputada na proteção. Todavia, vale ressaltar que na própria

Lei, isso não é em nenhum momento identificado. A comissão de cultura da ALEPA manifestou-se favorável à criação da Lei.

A ALEPA acatou o Projeto de Lei com o termo “Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial”. Contudo, acreditamos que o termo não é o mais apropriado, e por isso discutimos uma proposta de modificação a partir de um conceito mais produtivo que possa ser mais apropriado a salvaguarda deste território, ressaltando a proteção do meio ambiente, a partir do que o IPHAN ([s.d.], [s.p.]) indica:

O enfoque da paisagem cultural permite, assim, superar um tratamento compartimentado entre o patrimônio natural e cultural, mas também entre o material e imaterial, entendendo-os como um conjunto único, um todo vivo e dinâmico. Permite compreender as práticas culturais em estreita interdependência com as materialidades produzidas e com as formas e dinâmicas da natureza.

A questão conceitual é problemática em alguns casos, a natureza deve estar sim interligada à cultura, mas às vezes são tratadas de formas distintas. Debater a Paisagem Cultural na Lei analisada nos permite compreender exatamente as dinâmicas sociais com o meio ambiente. A Chancela nº 127/2009, que trata sobre paisagem, reconhece a importância da “relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população” (IPHAN, 2009, p. 35). O termo “Paisagem Cultural” neste contexto, é primordial para abordar e proteger as comunidades com o território estudado, compreendendo melhor seu cotidiano e práticas que envolvem também seus hábitos culturais é mais plausível do que o termo “Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial”, pois consegue abarcar não apenas a comunidade, mas como todo o seu entorno, envolvendo também a biodiversidade e o rio.

Para compreendermos melhor a discussão, há uma diferença entre Patrimônio Natural e Patrimônio Imaterial, segundo o IPHAN ([s.d.], [s.p.]), o órgão sugere que o Patrimônio Cultural Imaterial é tudo aquilo que são

[...] bens de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas de vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, músicas ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

Ou seja, mesmo havendo festividades nas comunidades das Ilhas e hábitos específicos em cada uma, a partir do discurso de Nilse Pinheiro, suas preocupações iniciais são com os bens naturais, no qual não exclui a preocupação com essas outras atividades, mas que também não deixam de fazer parte do dia-a-dia desses grupos. Logo,

o Patrimônio Natural, voltado à Paisagem Cultural, consegue abarcar todas essas questões, bens naturais e culturais que encontramos na entrevista e nos documentos analisados.

Ainda sobre o documento do IPHAN, a Chancela sobre Paisagem Cultural, quando voltado às questões turísticas, não há pontos específicos a respeito. O que ressalta mais ainda cuidados necessários e uma política pública bem pensada a partir dessa patrimonialização das Ilhas, uma vez que o cuidado de um bem prevê diversos pontos de preocupação, organização, administração e educação ambiental e patrimonial.

A preservação do território em torno das Ilhas, e até mesmo em seu interior, é um debate imprescindível para além de questões culturais, mas também ambientais, às protegendo das depredações do turismo principalmente. Pois as questões climáticas são um grande problema nos últimos tempos. Bruno Latour (2020, p. 49) afirma, que para que houvesse mudanças benéficas, em relação a problemas ambientais seria interessante uma reorientação política, no qual garanta continuidades, a partir de lutas passadas e futuras. Neste caso, as políticas de proteção ambiental, juntamente com a nova política de patrimônio são essenciais para manter as Ilhas longe da degradação da natureza, perdas culturais, desigualdades e de empresas particulares que venham criar ações malélicas no território.

Posteriormente ao anúncio da nova lei patrimonial da cidade de Ananindeua no mês de maio, em outubro do mesmo ano foi noticiado nos principais jornais do estado e pela página da prefeitura, que o município iria ganhar uma orla com uma extensão de 7 km. Esse projeto é vendido como “um projeto de inovação”, no qual pretende fomentar o turismo e a economia da mesma. A vista desta orla é para o Rio Maguari e as ilhas.

Vale lembrar que em 2022, também foi anunciado um programa de Rota Turística para a cidade, criando determinados pontos para movimentar a economia. Mesmo que não tenha sido coincidência a criação da Lei 9.554/2022 com a criação da Rota e da Orla, nisso, é questionável alguns riscos também envolvendo a urbanização territorial de algumas regiões. A preservação ambiental que a deputada estadual procurou zelar, provavelmente, será afetada.

Pode ser argumentado pelo Poder Público aos cidadãos e turistas que se trata de uma iniciativa que visa a valorização urbana. Por outro lado, como Ulrich Beck (2011, p. 39) observa, os “riscos não se esgotam, contudo, em efeitos e danos já ocorridos. Neles exprime-se sobretudo um componente futuro”. Ou seja, o desmatamento da área para a orla, que fica de frente para o rio, causará no presente e no futuro alguns riscos

ambientais para a biodiversidade e população no entorno. Mesmo que haja benefícios urbanos a longo prazo, esses benefícios serão específicos a uma classe, e também terá prejuízos ambientais ao mesmo tempo, observando ainda que vivemos uma crise climática em pleno século XXI.

A criação desse novo espaço para região será benéfica para muitos, claramente, visando uma questão econômica, provavelmente aumento de uma gentrificação, todavia, com muita desigualdade. Até mesmo para as comunidades das ilhas, que serão a janela desta orla, terão de alguma forma uma modificação sociocultural, espacial e econômica, isso é inevitável. O nosso principal questionamento aqui são as questões patrimoniais ligadas à cultura, ao cotidiano das comunidades do arquipélago e à natureza, e como o turismo pode afetá-las integralmente.

“O patrimônio é um recurso para tempos de crise” (HARTOG, 2019, p. 243), portanto, o intuito de proteger as Ilhas a partir da criação é pertinente, contudo, para conseguir salvar além das comunidades, mas como todo o patrimônio vivo, o termo de Paisagem Cultural é mais respectivo. Evitando depredações, desmatamentos agressivos, um turismo e empresas funestas.

“O meio ambiente está bem visado, na medida em que é socializado” (HARTOG, 2019, p. 241), por conta disso, quando mais divulgação de um espaço, seja ele ou não patrimonializado, pessoas vão começar a buscá-lo. As comunidades das ilhas podem ir aumentando com o tempo, isso torna uma necessidade delas interagirem de alguma forma com o meio ambiente, preservando, modificando ou destruindo-o, tudo depende da necessidade e de políticas públicas que podem envolver o espaço. O que torna ou não uma prioridade ou uma valorização, para François Hartog (2019), tudo depende do conhecimento adquirido no passado, e que será rememorado através de lições para gerações futuras, logo, o meio ambiente com a ação patrimonial fazem toda diferença nesse quesito para a salvaguarda.

Esse rio é minha rua ou parte dela? Os riscos patrimoniais e ao meio ambiente

“A biodiversidade de um determinado território circunscrito torna-se suporte para a afirmação da singularidade de um determinado território foi recorrente nas origens dos estados modernos” (ARRUDA, 2006, p. 112). Logo, a modernização de estruturas citadinas é recorrente há muitos séculos. A questão ambiental, nesse caso, insere um debate crítico em relação a espaço, tempo e poder, tal como o patrimônio.

Desde o final do século XX, os debates e ampliação do conceito de Patrimônio foram cada vez mais debatidos no mundo, e François Hartog (2019, p. 233) afirma que “o patrimônio se multiplicou e se descentralizou”. Isso facilitou a inclusão do meio ambiente em debates patrimoniais. A partir do pensamento sobre o Presentismo de Hartog, quando falamos de patrimônio não estamos mais falando apenas de nosso passado, hoje, estamos debatendo o tempo todo o nosso presente, e também pensando em nosso futuro. Estudar a Natureza, especificamente as Paisagens Culturais, possibilita um debate amplo de comunidades em seu cotidiano e suas relações socioambientais, e como a salvaguarda destes será necessária a partir do tempo presente. O passado é sim importante para estruturas indenitárias, tal como compreender melhor os hábitos e memórias deles a partir do agora. Discutir a natureza e patrimônio são ferramentas essenciais cotidianas, principalmente quando visibilizamos a proteção.

Apreciar o termo de “Paisagem Cultural” pelo IPHAN, para as Ilhas serem reconhecidas pelo órgão é um grande processo burocrático. Mesmo identificado regionalmente, existe uma relevância para essa proteção, ela é válida e deve ser aprimorada, publicada e comunicada para a sociedade, pois é uma forma identificar, valorizar e salvaguardar um território e seus componentes.

Diante de alguns argumentos e reconhecimentos da fala da entrevistada, a deputada estadual, os bens apontados são: Rio Maguari, árvore do Anani, as pessoas, suas identidades e a própria paisagem dita bucólica. Nesse contexto, com a Portaria nº 127, esses bens citados compõem o que podemos chamar de Paisagem Cultural, voltados nesse caso às Ilhas de Ananindeua.

A partir da Lei nº 9.554/22, institui que as Ilhas de Ananindeua, no Estado do Pará, tornam-se “Patrimônio de Natureza Imaterial” estadual. Vale ressaltar que existe um grande questionamento sobre o conceito posto pela lei, no qual será questionado nesta pesquisa. Em primeiro lugar, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), considera bens de natureza imaterial aqueles que:

Dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) (IPHAN, [s.d.], [s.p.]).

Ou seja, tudo aquilo que podemos praticar diariamente ou em uma festividade, que vão para além de experiências apenas materiais, como músicas, danças, hábitos, língua. Nesse quesito, as Ilhas de Ananindeua não se enquadram apenas nesse conceito, é algo muito mais amplo e complexo do que apenas materialidade ou imaterialidade, pois

ainda temos elementos da natureza no contexto. Existem sim festivais nas comunidades das Ilhas, conhecidas como: Festivais do Açaí e Cupuaçu, assim como o Festival Produtor Rural da Ilha de Igarapé Grande, o intuito, segundo a própria Prefeitura de Ananindeua, é levar “a valorização da cultura local, de suma relevância, além de incentivar o turismo nas ilhas e contribuir para a geração de renda local”. Sem dúvidas, hábitos imateriais estão presentes nas comunidades.

Para Cezar Karpinski (2018, p. 317) o estudo sobre o patrimônio cultural imaterial abriu as portas para estudar o patrimônio natural, e esse debate sobre o patrimônio como um todo aborda questões políticas, em muitas vezes turísticas, com o envolvimento do setor econômico. O questionamento em primeiro lugar neste momento não é sobre intenções políticas aqui, mas sim sobre os conceitos colocados no documento oficial. Um dos pontos citados pela lei é justamente com finalidade de *preservação*, posto ainda por Nilse Pinheiro. Os termos valorização e preservação são bem diferentes. Nesse caso, o objetivo principal é que o território não seja depredado ou invadido por terceiros, abordado um contexto inteiro sobre o arquipélago.

Para abarcar todas as questões sobre as Ilhas de forma mais acordante seria substituir o termo “Patrimônio de Natureza Imaterial” por “Paisagem Cultural” na Lei 9.554/22. A razão é o conceito posto não conseguir arcar com todos os quesitos que as mesmas abordam. Pois “o termo Paisagem Cultural abarca uma diversidade de manifestações de interação entre seres humanos e meio ambiente natural” (CASTRIOTA, 2010, P. 21) ao mesmo tempo. Questiono isso pois o arquipélago fala muito também sobre a biodiversidade da Amazônia. Rio, animais e diferentes plantas, isso não pode ser deixado de lado, abrangendo um território rico, logo uma paisagem, além de vários e diferentes grupos inseridos, além de ser levantado pela própria entrevistada.

É um fato que o IPHAN ainda não consegue dar conta de todas as manifestações e bens culturais, por isso existem outras esferas culturais. Além do processo de patrimonialização ser burocrático, o que é coerente, há também uma problematização da ação de patrimonializar de forma estadual e municipal. Esse problema parte, em alguns momentos, de um estudo menos elaborado, muitas vezes sem um inventário participativo, sem ouvir a população, criando apenas discursos de atores políticos, excluindo uma memória que é essencial para a construção de um patrimônio.

A partir da entrevista com Nilse Pinheiro, voltado às Ilhas, é possível perceber que a pesquisa feita para o Projeto de Lei não foi tão detalhada, as comunidades e nem

seus líderes foram consultados. A ideia toda partiu da parlamentar a partir de sua memória individual, como a mesma afirma.

Mesmo com as melhores intenções possíveis na criação desse projeto, é possível perceber como discutir patrimônio cultural ainda é algo que não foi dialogado com as comunidades das Ilhas. A ideia e a criação do projeto não foram em conjunto com os grupos que compõem o arquipélago. Michel Pollak (1992) afirma que a memória e a identidade do patrimônio, aqui o Natural sendo pesquisado, é na verdade uma negociação. Essa pretensão do projeto faz parte também de uma “socialização política”, termo utilizado por Pollak (1992, p. 201), para abordar uma “memória quase herdada” a partir da natureza. São esses elementos citados por Nilse para representar esse Patrimônio Natural que seu projeto pretendeu defender a partir da paisagem. Ou seja, os elementos citados pela parlamentar, que constitui esse patrimônio que foi criado a partir das Ilhas, foi uma negociação política a partir de uma memória individual da mesma, logo, é uma memória com poucos recortes, já que a deputada não convive diariamente das atividades das comunidades e nem de festividades, assim, dando uma “eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobreviver o que ele enuncia no próprio ato de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia” (BOURDIEU, 2002, p. 116) aquele lugar de memória.

Pierre Nora (1993) trabalha com o conceito famoso de “lugares de memória”. As ilhas são esse lugar, e de diferentes memórias, coletivas e individuais. História e Memória, na visão de Nora (1993, p. 12), trata de uma herança do passado para o presente, esses “lugares de memória, são, antes de tudo, restos” de vivências de um grupo ou comunidades. Partindo das Ilhas, suas festividades e atividades, e os bens naturais ainda recentes, fazem parte da construção de uma identidade, da história dos habitantes, e isso tudo diz muito sobre eles. Além disso, as Ilhas têm em sua várzea a árvore do Anani, no qual deu origem ao nome do município.

Tornar as Ilhas de Ananindeua um lugar de memória a partir da ação patrimonial, neste caso, através da Lei nº 9.554/2022, traz um bloqueio do esquecimento (NORA, 1993, p. 22) das experiências vividas no território, “ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade” (NORA, 1993, p. 18) a partir do seu cotidiano e de seus bens culturais e naturais. Nesse caso, abordando as questões sobre a criação do Projeto de Lei, que posteriormente torna-se a lei citada, com a falta de um inventário participativo, e apenas com uma memória parlamentar, acaba

excluindo algumas memórias importantes para o processo de patrimonialização das Ilhas.

Contribuindo para esse pensamento, Michel Pollak se debruça em *Memória e Identidade Social*. As memórias ligadas às Ilhas são bem diferentes das pessoas que moram para aquelas que apenas visitam, isso é um fato. Pollak (1992) discute a *Socialização Política* e a *Socialização Histórica* voltadas à memória. No contexto dos ilhéus, a projeção política em preservá-las surge a partir de uma memória individual de um ator político, da deputada estadual Nilse Pinheiro, mas acaba esquecendo de consultar as comunidades presentes na região. Se “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo no eterno presente; a história, uma representação do passado” (POLLAK, 1992, p. 9), por que partir de apenas uma memória individual, que nem mesmo foi negociada com a comunidade, torna-se patrimônio?

Para complementar esse debate entre Memória e História, temos Chimamanda Ngozi Adichie (2019) problematizando os perigos de uma história única, temendo um olhar apenas individual, no caso, a partir da construção do Projeto de Lei. No mais, “o soberano torna-se o porta-voz dos cidadãos”, no caso, a parlamentar Nilse Pinheiro, logo, cabe a ela “a representação dos cidadãos” (LATOURET, 2019, p. 42). Levantar essa problemática é essencial para perceber que é imprescindível a participação dos habitantes do arquipélago para essa ação patrimonial, não cair no esquecimento seus costumes, mas também defender aquilo que é significativo para os mesmos.

A construção da identidade pode partir de bens considerados imaterial e material, pensando nisso, Pierre Bourdieu (2002), com seus estudos em *O Poder Simbólico*, é necessário para construir e entender como os bens culturais de Ananindeua - como por exemplo o próprio nome da cidade - mas os símbolos que constroem a diferentes identidades dos grupos que vivem nas Ilhas, e enxergar o que ambas têm em comum, principalmente quando este elemento está ligado à natureza. Além disso, discutir as relações de poder que atravessam a temática ligadas às simbologias culturais e naturais do patrimônio estudado é fundamental.

O que futuramente pode ser problemático em alguns pontos de vista em relação a essa história contada a partir de uma pessoa apenas, pois acaba excluindo a vivência que realmente é importante para o patrimônio, ou seja, quem realmente vive ele, as comunidades das Ilhas. Portanto, “o mundo social é também representações e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto” (BOURDIEU, 2002, p. 118). Outro problema encontrado na fala da deputada seria o do “achar”, no sentido de que

pode parecer ser importante para uma única pessoa, já que não houve um inventário participativo sobre a consulta dos bens culturais presentes nas Ilhas.

A dimensão estética ou histórica depende das valorações das pessoas [principalmente as que vivem nas comunidades das Ilhas], já que são elas as que sentem ou julgam um lugar como bonito ou não, ou sua vinculação a um fato passado relevante (GUDYNAS, 2019, 47).

Nesse contexto, os apontamentos feitos por Nilse Pinheiro não são precipitados em querer protegê-los, contudo, seria relevante a consulta com os habitantes dessa região para a construção do projeto, pois podem haver ou não outros bens a serem protegidos. Mesmo que a Lei não identifique esses símbolos, ainda sim, o trabalho coletivo é fundamental.

A hipótese é, a partir da Lei, uma forma de salvaguardar, e não apenas preservar, diante das Ilhas e sua paisagem como todo. Pois, é uma forma de impedir que grandes empresas possam depredar futuramente a paisagem e a sociocultura, mas principalmente a biodiversidade local, os patrimônios vivos, sem riscos iminentes.

Ulrich Beck (2011) preocupa-se em interpretar os riscos que uma sociedade pode sofrer a partir da sociedade industrial e suas estruturas. Levando para nosso caso, percebemos como a continuidade em “modernizar” os espaços traz configurações sociais e também ambientais. Podemos colocar em risco, a partir de uma conceituação ou até mesmo a falta de estruturas acessíveis, administrativas e técnicas, brechas para acabar com o nosso patrimônio cultural e natural.

No caso da construção da nova orla, claramente, a paisagem já será modificada em um futuro não tão distante. Isso também deveria preocupar não só questões turísticas, mas também sociais, principalmente das comunidades, ainda que tenham uma valorização econômica. A perda da identidade, pautada ainda em bens ligados à natureza, é problemático, pois, como afirma a deputada proponente do projeto de lei, os bens patrimoniais estão todos ligados ao meio ambiente.

A cultura e a natureza andam juntas, principalmente na Amazônia. Ao falar sobre as Ilhas, se tivermos grandes impactos ambientais, colocamos em risco e impactamos toda uma configuração social, já que parte das comunidades das ilhas dependem da pesca e outras atividades envolvendo a subsistência.

O conceito posto pela Lei 9.554/2022, sobre serem “Patrimônio Cultural Imaterial” cabe sim nas Ilhas, entretanto, o de “Paisagem Cultural” consegue discutir melhor todas as relações que envolvem os seres humanos e a natureza presente no contexto estudado. O cotidiano está inserido, as relações individuais, mas principalmente

o coletivo. Suas atividades de pesca – uma vez que a população das ilhas é ribeirinha, como afirma o próprio documento –, a biodiversidade e suas transformações diárias, e como o ser humano vive com ela e também se apropria. De certa forma, há uma degradação do meio ambiente, a partir do aumento das comunidades, portanto, isso também está presente na paisagem das Ilhas, e é impossível não as reconhecer. Diniz (2018, p. 141) afirma que, “os ilhéus relatam práticas de trabalho que produzem saberes socioambientais, criados a partir dos lugares e das paisagens, são dinâmicas e experiências apreendidas pelo contato no interior das comunidades e com as relações tecidas com o mundo”.

A promoção das Ilhas como patrimônio, inevitavelmente, cria uma divulgação maior do seu território e amplia a promoção de atividades em seus interiores, principalmente como ponto turístico. Mesmo que de forma benéfica para proteção legal há também alguns malefícios voltados à falta de estruturas adequadas para visitantes no local e moradores.

O ponto principal para governantes sempre será os benefícios desta patrimonialização. É relevante uma proteção conjunta do território, pensando na comunidade e no meio ambiente. Ambos convivem diariamente, e a partir disso, evitar riscos de depredação são mais difíceis de ocorrer, uma vez que esse patrimônio está respaldado e protegido por lei. Mostrar valorização é essencial nesse quesito, mas será que isso é o suficiente para proteger a região?

Há algumas brechas na lei, tornando-a uma questão burocrática. Mesmo sendo uma lei estadual, ela não exemplifica e nem deixa claro o que pode ou não ser feito no território, logo, criando lacunas para certas construções e devastação do espaço natural, mesmo que protegido por lei. O que torna perigoso e não protegido da forma necessária todas as ilhas e sua paisagem.

Pontuando a questão anterior, ainda abordando a construção da Orla, por mais que traga visibilidade ao território, ainda sim é questionável. Abrindo diversas pontes para construção de empresas que criam um falso discurso ligado à natureza, uma vez que nesse território cria-se brechas para poluição do rio - com novos barcos e lanchas transitando -, desmatamento arbóreo de uma região de 7 km, causando problemas climáticos locais, perda de fauna e flora, entre outros.

A partir do discurso da deputada entrevistada, ela ressalta a biodiversidade e a necessidade de preservá-las, todavia, não fica registrado como preceito essa preocupação

na própria lei. Não existem artigos que legitimam a preservação ambiental de fato do documento.

Pensar na ampliação desta lei, organizando pontos específicos de salvaguarda é essencial para construir um Patrimônio Natural protegido de forma correta, impedindo futuras assolações. Onde uma memória coletiva local não seja perdida e nem uma memória ambiental seja invadida. Tudo isso parte principalmente do conceito de Paisagem Cultural discutido, pois relaciona para além de uma questão visual, mas também cotidiana das comunidades do arquipélago.

Ulrich Beck (2011, p. 34) faz um questionamento sobre: “o que há de humano no ser humano, de natural na natureza, que é preciso proteger?”. Bem, aponto aqui que a questão principal não é resolvida de um dia para o outro, é um processo. Assim como houve a ampliação do conceito de Patrimônio Cultural, nesse quesito não seria diferente. Com o passar do tempo, criar novas formas de debate de uma educação patrimonial e educação ambiental é inevitável para uma sociedade se reconhecer e compreender seus direitos e deveres. Não apenas o Estado dita o que é ou não um bem, mas o que precisa para salvaguardar seus bens; o que o Beck (2011, p. 33) afirma sobre uma “consciência cotidiana do risco”, evitando perdas, e com a presença da sociedade em debate.

“Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilham de todos os tipos tradicionais de ordem social” (GIDDENS, 1991, p. 12). Nesse sentido, a sensibilidade e a harmonia das relações entre ser humano e a natureza deveriam estar em constante presença, não apenas de forma acadêmica, mas também popular, e para além da teoria, a prática constante também é necessária. A sociedade não precisa mudar a partir de um impacto ambiental, ela pode amenizar ações desses impactos a partir do tempo presente em suas dinâmicas socioculturais e educacionais.

Conclusão

Compreender as raízes patrimoniais e do meio ambiente onde se vive, até mesmo as necessidades e degradações, podem fazer a sociedade e o Estado criarem possibilidades qualitativas de preservação patrimonial para o espaço ao longo dos anos. Neste caso, já é visível a preocupação com seus patrimônios culturais, como no caso de Ananindeua e suas ilhas, começando essa ação patrimonial a partir da natureza, o seu patrimônio natural.

Partir da Lei 9.554/2022 é uma forma de preocupar-se com diferentes pontos dentro de uma construção social e legislativa. O papel de um ator político nesse quesito é sim necessário, enxergar necessidade de curto a longo prazo para uma população é o papel dele. Portanto, partimos desse ponto para compreender como uma “pequena” Lei patrimonial pode ser essencial para o presente de uma sociedade e de um território, mas principalmente para o seu futuro. Com uma boa administração e organização das questões que envolvem as leis patrimoniais, meio ambiente e cultura, se forem trabalhadas juntas, serão benéficas a longo prazo. Contudo, a partir de um conceito posto pela lei estudada, para ocorrer uma harmonia nessas temáticas, seria interessante também repensar e reformular alguns pontos da Lei no intuito de contribuir para sua melhor aplicabilidade.

Os documentos constantes no processo de tramitação no Legislativo, citados anteriormente, já nos deixam antever um direcionamento do discurso parlamentar em direção à temática da Paisagem Cultural. É o que se observa também na entrevista, quando a deputada ressalta a importância da preservação da paisagem bucólica, das identidades tradicionais e da proteção do meio ambiente e da segurança das comunidades presentes. Tudo isso enaltece as preocupações culturais e ambientais cotidianas ao mesmo tempo, mobilizando esse pensamento para abranger a paisagem como um todo.

Sobre o Patrimônio Natural voltado para as Ilhas, é também exaltado, nos documentos da tramitação do projeto de lei, um ambiente que aborda temáticas envolvendo sustentabilidade, inclusão e proteção social, responsabilidades individuais e em grupo, preservação e conservação. A parlamentar, na entrevista, mesmo que a partir de sua memória individual, na associação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, preocupa-se com a natureza.

Contudo, isso envolve políticas públicas, para ser organizado socialmente e legalmente em benefício a todos. Reconhecemos que mesmo que haja interesse em modificar alguns conceitos e aspectos da Lei nº 9.554/2022, para que isto aconteça é necessário um grande estudo que envolva comunidade e Poder Público - municipal, estadual e federal. Como estamos falando sobre legislação e reconhecimento patrimonial, é importante ainda considerar que através do IPHAN o processo para o registro de um bem como Paisagem Cultural é longo e complexo. Diante deste cenário, que pode dificultar ou adiar o reconhecimento pelo Poder Público federal como bem cultural nacional, é ainda mais relevante considerar a ideia da mudança do conceito posto pela Lei nº 9.554/2022. Modificar o “Patrimônio Cultural de natureza Imaterial” pelo de

“Patrimônio Paisagístico Cultural”, um novo termo irá ampliar os horizontes legislativos estatais e também socioculturais de um território, tal como a sua salvaguarda.

Por isso é ressaltado a necessidade de uma equipe instruída em questões patrimoniais e suas peculiaridades, pois um conceito pode modificar um território, uma memória e um coletivo por inteiro. “O risco seria simplesmente uma decorrência do progresso, da mesma forma como uma onda de proa acompanha o navio em alto mar” (BECK, 2011, p. 55). Ou seja, o conjunto paisagístico das ilhas como um todo corre um risco indescritível com a urbanização a longo prazo se as leis ambientais e patrimoniais não gerarem uma salvaguarda adequada ao território. A lei posta é importante, mas ela pode ser aperfeiçoada para melhor promover a proteção patrimonial da região.

A princípio, não é salvar apenas o rio pelo rio, ou beneficiar as comunidades das Ilhas ou ampliar sua visibilidade para ampliar viabilidades econômicas. Também é a cooperação do Estado e a sociedade para proteger um todo: os seres humanos e a natureza. Além dessas questões de depredações ambientais, não podemos esquecer que a crise climática, como Latour (2020, p. 9-10) afirma, também está ligada à desigualdade social. Não dar condições e conhecimento prévio de várias questões burocráticas e parlamentares também pode deixar a população do arquipélago em risco. Ou seja, é preciso dialogar com um coletivo “no qual são redefinidos não apenas os afetos da vida pública, mas também suas bases” (LATOURE, 2020, p. 9).

Portanto, essa salvaguarda só será possível com um trabalho coletivo entre os agentes envolvidos. O processo de construção e observação é árduo, mas não impossível. Se iniciarem e identificarem logo problemas de longo a curto prazo, atividades de preservação e diálogos sustentáveis, tudo isso será benéfico a todos, não apenas localmente, mas também regionalmente, pensando a partir do hoje, construindo desde já uma salvaguarda, o que será deixado como herança. Identidade, memórias, trabalhos coletivos, evitando um desequilíbrio ecológico.

ENVIRONMENTAL HISTORY, HERITAGE AND CULTURAL LANDSCAPE OF THE ANANINDEUA ISLAND (PARÁ, BRAZIL): LEGISLATIVE AND SAFEGUARD

Abstract: This article makes an analysis, based on state law 9.554/2022, which entitles the Ananindeua Island as “Cultural Heritage of an Intangible nature” in the state of Pará. Our study is based on the following problematic: how the legislation can mobilize the discussion around the cultural and natural heritage, in regions historically excluded from these debates, and also the federal instrument of heritage safeguard? In this context based on an interview with the person responsible for creating Project and Law, we can identify importance of legislative incentive for the protection of the culture and natural heritage, but some social and political problematic involving the Ananindeua archipelago and safeguard of some cultural assets in the region.

Keywords: Amazonia. Ananindeua Island. Cultural Landscape. Natural Heritage.

HISTORIA AMBIENTAL, PATRIMONIO Y PAISAJE CULTURAL DE LAS ISLARES DE ANANINDEUA (PARÁ, BRASIL): LEGISLACIÓN Y SALVAGUARDA

Resumen: Este artículo hace un análisis, con base en la ley estatal 9.554/2022, que titula las Islares de Ananindeua como “Patrimonio Cultural de Naturaleza Inmaterial” del estado de Pará. Nuestro estudio partió del siguiente problema: ¿cómo la legislación puede movilizar una discusión en torno al patrimonio cultural y natural, en regiones históricamente excluidas de estos debates, y también instrumentos federales para la salvaguardia del patrimonio? En este contexto, a partir de una entrevista con el responsable de la elaboración del Proyecto de Ley y de la Ley, podemos identificar la importancia del incentivo legislativo para la protección del patrimonio cultural y natural, pero también algunas cuestiones sociales y políticas que involucran al archipiélago de Ananindeua y la salvaguardia de algunos bienes culturales de la región.

Palabras Clave: Amazônia. Islares de Ananindeua. Paisaje Cultural. Patrimonio Natural.

Referências

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. **Patrimônio e Memória**. UNESP. (...) V.2, 2006, P. 110 - 125.

BASTOS, Eliana Benassuly Bogéa. **A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território**: um olhar de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, Pará. Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34. 2011. (cap. 1 - p. 23-60.).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 322p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas. **Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**, p. 17-28, 2010.

DINIZ, Francisco Perpétuo Santos. Traduzindo O Espaço Nas Ilhas De Ananindeua A Partir Da Paisagem E Lugar/Translating The Space In The Islands Of Ananindeua From The Landscape And Place. **Revista GeoAmazônia**, v. 6, n. 12, p. 128-142, 2018.

FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 34 - 82, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. (Introdução – p. 19-56).

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

IBGE. **Município de Ananindeua – Pará**. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística, 2021; disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/anandeu>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

IPHAN. **Livro de Paisagem Cultural**. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf> Acesso em: 02 julho de 2022.

IPHAN. **Dicionário do Patrimônio Cultural: Paisagem Cultural**. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural2>> . Acesso em: 16 de agosto de 2022.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial**, Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acesso em: KARPINSKI, Cezar. Patrimônio natural, documentação e pesquisa. **Transinformação**, v. 30, p. 314 – 323, 2018.01 de março de 2023.

IPHAN. **Patrimônio Natural**. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/414>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2019, 4 eds.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? Como Se Orientar Politicamente No Antropoceno: Volume 1** . BAZAR DO TEMPO; 1ª EDIÇÃO (10 julho 2020).

LEFF, Enrique. Sustentabilidad y racionalidad ambiental: hacia “otro” programa de sociologia ambiental. **Revista Mexicana de Sociología**, v.73, n.1, 5-46, jan.-mar, 2011.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). Comissão de Cultura. **Parecer nº [não identificado]/2022**. Declara como patrimônio de natureza imaterial para o Estado do Pará as “ILHAS DE ANANINDEUA” localizada insular da Região Metropolitana do Estado do Pará. Pará, 2022.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). **Projeto de Lei 135/2020, 15 de maio de 2020**. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará as “ILHAS DE ANANINDEUA” localidade insular da Região Metropolitana no Estado do Pará e dá outras providências. Pará, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2020.

PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio Natural atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento do IPHAN. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 34-59, 2018.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993. p.7-28.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) **Projeto de Lei 135/2020, 15 de maio de 2020**. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará as “ILHAS DE ANANINDEUA” localidade insular da Região Metropolitana no Estado do Pará e dá outras providências. Pará, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2020.

RIBEIRO, Rafael Winter. Um conceito, várias visões: paisagem cultural e a Unesco in Anais do 1º Colóquio Ibero-americano paisagem cultural, patrimônio e projeto. **Belo Horizonte**, v. 1, p. 29-49, 2010.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Diálogos**, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

TREVISAN, Fernanda Lodi. Patrimônio mundial e a legitimação do controle do território: a influência da UNESCO no fechamento da Estrada do Colono In: **Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco**. 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 231 – 248.

SOBRE A AUTORA

Victória Emi Murakami Vidigal é mestranda em Ciências do Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Recebido em 30/03/2023

Aceito em 20/06/2023